

DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

Manuel Bezerra Neto

introdução

A questão inicial deste texto implica a distinção das diversas linhas interpretativas do caráter específico da sociedade brasileira, desde os primórdios da dominação colonial, até a época atual do domínio da economia capitalista internacional. Todavia, os acontecimentos políticos se tornam facilmente inteligíveis na medida em que sejamos capazes de compreender que, nesse processo de constituição e evolução histórica da natureza desta sociedade, ela é marcada inexoravelmente por conflitos e formas diversas de dominação de classe entre ricos e pobres, explorados e exploradores, burgueses e proletários, senhores e semi-servos escravizados pelo Estado colonial ou pelo capital industrial e financeiro.

Os fenômenos políticos têm muito a ver com a questão da dominação de classe, cuja origem é a permanente luta entre o trabalho e o capital, daí não haver dúvida sobre o fato de a política não se explicar por si mesma, mas, ao contrário, por representar sempre interesses materiais concretos dos grupos sociais dominantes, o que significa dizer que a atividade política não deve acontecer aleatória ou abstratamente. Assim, como então ocorre o fenômeno político? Ora, ele tanto se constitui de fatores objetivos, quanto subjetivos, daí termos que considerar não só os fatores objetivamente econômicos, como, da mesma forma, aqueles que se explicam pelas origens de caráter histórico e cultural. É evidente que, para a explicação do nosso desenvolvimento histórico, devemos considerar como fatores relevantes aqueles analisados por nossos principais intérpretes da realidade brasileira.

Vejam, portanto, de que perspectivas teóricas esses pensadores veem essa realidade, em vista de que existe uma série de fatores perturbadores de nossa história que indicam a necessidade teórica de uma explicação mais convincente e fidedigna com a realidade presente de uma sociedade que, em condições históricas relativas ao processo de colonização de outras nações, hoje liderando a hegemonia do mundo capitalista, ela não foi capaz de superar suas contradições internas e tornar-se uma nação com um projeto definido e autônomo para resolver seus problemas estruturais de forma independente. Assim, vejamos de que perspectivas teóricas aqueles pensadores interpretam nossa realidade.

De fiasco em fiasco

Esse título, à primeira vista, parece uma paráfrase de uma canção *dor de cotovelo* de Nora Ney em que se lê o verso *“de cigarro em cigarro eu vejo a fumaça no ar se perder”*. Pois bem, se tivesse mudado os termos, diríamos que a canção se referia metaforicamente ao caráter e às formas pelas quais foram se constituindo as estruturas da formação histórica e social da sociedade brasileira.

Na verdade, o título sugestivo procura mostrar o conjunto de frustrações que o modelo de organização e desenvolvimento da nossa sociedade só tem imposto à sua população – em especial, às massas empobrecidas que compõem as classes trabalhadoras. Logicamente, vamos encontrar no nosso processo de formação histórica, como Nação, em suas origens, alguns fatores que se tornaram determinantes para imprimir características específicas ao nosso padrão de desenvolvimento socioeconômico e polícticultural. O Prof. Francisco de Oliveira classifica esse processo através da figura alegórica do “ornitorrinco”, dado o caráter deformado das estruturas que configuram nossa sociedade. Esse paralelo alegórico nos dá a ideia de que o processo deformado e o desencanto histórico da população brasileira diante da necessidade de afirmação como Nação autônoma e unitária, que nunca se concretizou, – muito menos numa relação comparativa com outros países. Assim, há de se levar em conta o fato de que, enquanto nós nos arrastávamos no sentido de formular um arcabouço estrutural nos limites do modelo colonial predatório, os Estados Unidos, por exemplo, evoluíam de forma rápida para se tornarem uma potência de importância mundial – não obstante, isso não signifique uma ruptura para seu modelo. Neste sentido, devemos avaliar o impacto para os intérpretes da sociedade brasileira com respeito à relação comparativa com aquele país quando, por exemplo, levamos em conta o nosso atraso relativo não apenas em termos econômicos, mas igualmente em termos de desenvolvimento científico e tecnológico que sem dúvida favoreceriam o processo de autonomização e independência do Brasil como nação soberana capaz de exercer influência no cenário internacional.

Não por acaso, tomarmos os Estado Unidos como contraponto do nosso atraso socioeconômico, implica que devemos considerar certos fatores estruturais determinantes para a distinção entre

os processos de formação e desenvolvimento das duas nações. Ainda que a formação histórica norte-americana tenha se dado nos marcos da colonização inglesa, compreende-se porém que lá, apesar disso, houve um projeto inicial de construção de um modelo civilizatório capitalista, nos moldes de uma tendência de superação dos padrões da Igreja católica que imperou na Europa até o início da era moderna. Lá, foram os princípios da visão iluminista que orientaram seu processo de construção da nação, o qual destoava completamente do nosso projeto de nação, uma vez que o processo de construção nacional norte-americano tem uma proximidade com os princípios racionalistas de Max Weber, do “tipo abstrato de nacionalismo ocidental” (*apud* Jessé Souza, 1999).

Há de se perceber, então, que o contraponto sociocultural do paradigma norte-americano tornou-se a preocupação central para nossos intérpretes da sociedade brasileira, cujo traço racionalista weberiano significaria uma superação do tradicional modelo patrimonialista predominante por aqui. Para Sérgio Buarque de Holanda, nossa formação cultural sempre se contrapôs à tradicional vida comunitária protestante que caracterizou a formação histórica do Norte. Enquanto eles estruturavam sua cultura na ideia de associativismo protestante racional, próprio do calvinismo, nossa mentalidade social foi sempre individualista e desprovida de qualquer traço moralista: a “virtualidade de uma Nação multirracial” foi apenas a demonstração do espírito de aventura e dominação do europeu ibérico que aportou por aqui, sem qualquer outro objetivo que não o de fazer fortuna e retornar para o Velho Continente.

Segundo Sérgio Buarque, as razões do nosso descompasso econômico e político viriam do fato de que instituições como o Estado e o mercado foram consideradas apenas no plano da solidariedade familiar e não enquanto elemento de valor coletivo; quer dizer, a ausência de vínculos associativos menos verticalizados passou a ser considerada a distinção básica do nosso descompasso histórico e social. Todos os aspectos comparativos apontados anteriormente remetem ao perfil que constitui as particularidades dos processos civilizatórios – ainda que sob as determinações do capitalismo – do sul católico e do norte protestante: lá se tem a precedência dos interesses coletivos de longo prazo, a importância do controle racional das emoções pessoais e a importância dos laços comunitários sobre o comportamento sobre o comportamento personalista dos colonizadores portugueses. Ademais, o “homem cordial” de Sérgio Buarque, mesmo que ainda na linha do racionalismo weberiano, é o contraponto perfeito do protestante ascético norte-americano. Enquanto eles construíam uma vida social consciente de que aquela era “a terra prometida” dos desterrados irlandeses, por aqui a consciência era apenas a da conquista aventureira que vinha em busca do “eldorado” fantasioso prometido pela Coroa ibérica. Tal tipo de conduta, entretanto, é o resultado da tal “cordialidade” do homem brasileiro, apenas como tipo de comportamento formal e jurídico-ritualístico da ordem burguesa, fato que, de alguma forma, implicaria algum tipo de controle sobre as condutas individuais. O caráter de espontaneidade, característico do brasileiro, bem como sua amoralidade, demonstram

bem o pouco comprometimento com os interesses gerais da sociedade.

Entretanto, para além dessa visão culturalista, de perfil estritamente weberiano, sobre a formação sociocultural brasileira, é de bastante interesse também analisar outras vertentes interpretativas que, com muita pertinência, procuraram captar outros aspectos, talvez de maior significado, não só psico-antropológicos, mas, sobretudo, político-econômicos e jurídico-institucionais; é o caso por exemplo, da interpretação institucionalista de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, os quais buscam interpretar nossos profundos descompassos civilizacionais a partir da origem colonial que foi transplantada para o processo da formação histórica brasileira. A concepção patrimonialista da Coroa portuguesa se amparava da ideia de que o Rei, como senhor de todas as riquezas da nação, comandava também a economia como um tipo de extensão da propriedade do soberano. Segundo Faoro, a distinção entre os processos de dominação colonial eram decorrentes do caráter da instituição estatal: em Portugal, predominava um Estado centralizador e patrimonialista, concentrando seus esforços no apoio irrestrito ao capitalismo comercial, enquanto para a Inglaterra, ao rejeitar as características do Estado português, refletia o claro interesse em favorecer a livre iniciativa na economia como essencial, sobretudo a de base industrial.

Por sua vez, também, e dando continuidade à tese de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman afirma que a ideia de dominação patrimonial não permitiria a separação entre as esferas política e econômica, e a luta pelo poder não refletia as ações por interesses autônomos dos indivíduos na sociedade, mas uma concepção totalizante de que os interesses gerais estavam impressos de forma unitária pelo predomínio do poder da Coroa. Assim, a formação histórica brasileira é vista como uma sucessão de estágios econômicos temporários, dado o caráter de dependência desde sua origem. Apesar disto, Schwartzman percebe uma contradição entre o Estado patrimonialista e a ascensão do capitalismo no Brasil, haja vista a distinção das relações de cooptação política, próprias do patrimonialismo, e as de representação, típicas do capitalismo. Essa contradição, contudo, não chega a gerar qualquer impasse ao desenvolvimento socioeconômico do País; isto é, não é capaz de eliminar as relações patrimoniais, fortalecendo assim a constituição de um Estado moderno organizado sobre os princípios da representação política de sua população. A razão desse bloqueio institucional modernizador, segundo Schwartzman, estaria no fato de tais relações patrimonialistas estarem articuladas à nossa histórica dependência econômica aos centros mundiais do capitalismo. Enquanto Schwartzman acredita numa superação dialética do poder patrimonial pela racionalidade capitalista, por seu lado, José de Souza Martins (*O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História lenta*, 1994) afirma que não há contradição entre o caráter da dominação patrimonialista e da aparente legalidade do Estado brasileiro; ele afirma ainda que não há relação antagônica entre esses dois aspectos. Para ele, o caráter de “legalidade jurídica” entre as relações de dominação e, ao contrário de uma superação dialética do atraso patrimonialista pelo capitalismo, não visualiza nenhuma saída histórica para o ciclo vicioso do capitalismo no Brasil, uma vez que o nosso atraso institucional e a dominação de classe têm

como base concreta a relação persistente entre o Estado patrimonial e o capitalismo dependente do mundo desenvolvido. Para Martins, o Estado assume um papel relevante à medida que, para não se contrapor aos interesses da dominação política sobre as massas populares, ao contrário, ajusta-se às políticas patrimonialistas de uma sociedade que sempre se nutriu de uma simbiose com as políticas clientelistas do aparato estatal brasileiro.

Numa outra linha de análise, não-racionalista, Nicos Poulantzas compreende, não especificamente para o caso brasileiro, o papel fundamental que exerce o Estado nas relações entre a dominação política das estruturas sociais dominantes e as classes populares; ele afirma que o papel primordial do Estado seria o da caracterização das funções que corresponderiam a cada tipo histórico de estrutura social, a saber: que efeitos ideológicos produz sobre as classes ou, por outra, a estrutura político-jurídica cumpre a função de assegurar a coesão interna entre as classes na sociedade capitalista tendo em vista a consolidação dos instrumentos de dominação e a justificação de sua persistência ao longo do tempo. Por tais motivos, será a partir dessa concepção histórica arraigada na mentalidade das classes dominantes no Brasil que se torna pertinente a metáfora do “ornitorrinco”, figura com a qual Francisco de Oliveira qualifica a constituição da sociedade brasileira. A respeito desse animal, na *Enciclopédia Delta Larousse*, o ornitorrinco “é um mamífero adaptado à vida aquática, cujo nome deriva do grego *ornathos*, ave + *rhinckhos*, bico; mamífero monotremo, subclasse dos prototérios, possuindo bico de pato, pés espalmados e é ovíparo”. Nas palavras de Roberto Schwartz, o ornitorrinco “representa momentos de intervenção e de constatação sardônica” (*apud* Oliveira, 2003). “Nesses momentos, a inteligência procura e reconhece o monstrengo social em que (...) nos transformamos” (*op. cit.*).

Em vista da metáfora de Oliveira sobre nossa evolução histórica, os intérpretes desse processo, sobretudo o grupo da CEPAL (de Celso Furtado a Raúl Prebisch *et al.*) trabalhou com o conceito de subdesenvolvimento para qualificar o processo truncado do nosso desenvolvimento. Segundo sua visão, o subdesenvolvimento não representou um processo evolutivo que teria início num estágio primitivo e sucessivamente, alcançado sua plenitude; ao contrário, tratou-se antes de um fato histórico singular sobre o desenvolvimento capitalista na ex-colônia, tratada sem dúvida como periferia do sistema, cujo papel histórico consistiu em favorecer o processo de acumulação da Coroa portuguesa.

Enquanto singularidade histórica e não como estágio evolutivo do desenvolvimento, fora apenas um processo “de produção da dependência” (Oliveira, 2003), tanto pelo lugar ocupado na divisão internacional do trabalho, quanto pela função de articulação dos interesses internos das classes dominantes. Em razão disto, a chamada Revolução de 30 tanto significou um processo de atualização histórica modernizante da acumulação capitalista, quanto um projeto de dominação política das elites tradicionais brasileiras (a nova burguesia), nesse momento, sob os interesses do capital industrial. Para Celso Furtado, a especificidade da Revolução de 30, porém, expressa

antes uma “revolução de caráter burguês”, apenas uma revolução produtiva. Ela expressou mais o caráter produtivista do atraso, como “condômino da expansão capitalista” (*Formação Econômica do Brasil*, 1995). Assim, a forma específica do subdesenvolvimento brasileiro tem como base: 1) o papel da agricultura atrasada de subsistência para a acumulação primitiva do capital urbano. A agricultura tradicional cumpriu a tarefa de financiar o capital industrial e a própria agricultura moderna, na medida em que aquela, ao fornecer mão-de-obra barata, contribuía para baixar os custos da mão-de-obra urbana, favorecendo, portanto, o processo de acumulação capitalista. Para Oliveira, “o subdesenvolvimento parece ser um sistema que circula entre sua capacidade de produzir excedente a ser parcialmente apropriado pelo exterior e sua capacidade de absorver internamente, de forma produtiva os restos desse excedente” (*O ornitorrinco*, 2003). Isto significa que as crescentes desigualdades que caracterizam nossa sociedade foram o resultado evidente do processo de acumulação capitalista para a expansão industrial, a partir dos anos 30, o que corre combinando relações modernas de produção com o atraso, ao mesmo tempo que reproduz relações arcaicas na economia moderna, através das reformas institucionais (reforma da Previdência, reforma das leis trabalhistas, etc.) que liberam mão-de-obra barata para favorecer a acumulação urbano-industrial. Seria assim inconcebível a expansão capitalista do Brasil sem a presença do capitalismo internacional, bem como do Estado nacional. Ademais, o forte comprometimento do Estado com os interesses capitalistas implica simplesmente que ele se transformou num forte agente do capital interno; não só para a economia, mas para a política e a cultura. Pela tradição autoritária das classes dominantes a expansão do poder do Estado se desenvolveu mais facilmente; em consequência, o Estado burguês, profundamente comprometido com o capital financeiro, tendeu a provocar uma cisão entre os interesses da ordem pública e os da acumulação privada, apesar de o discurso do poder estatal afirmar que, “nas últimas décadas o desenvolvimento econômico brasileiro foi marcado pela ação fundamental do setor público” (João Sayad, 1985). Porém, a grande parcela de recursos mobilizados pelo Estado destinava-se apenas ao financiamento dos grandes empreendimentos privados dos setores de serviços (transportes, comunicações, infraestruturas urbanas etc.) através de isenções tributárias e o do sistema de créditos bancários. O governo injetou ao longo do tempo uma massa considerável de recursos na economia privada, demonstrando, portanto, que a distribuição da renda nacional sempre foi extremamente desigual. “O próprio caráter da intervenção do Estado nesse processo (...) parece ter contribuído para acentuar o quadro de pobreza” (*idem*). Logicamente, a formação do capitalismo no Brasil realizou-se sempre de “forma combinada e desigual” (*idem*), não só em termos de recursos financeiros, mas também sociais, políticos e culturais. Entretanto, a acumulação capitalista cresce de forma criminosa. No âmbito específico da economia, Sayad afirma que:

O crescimento da economia brasileira, ao mesmo tempo que aumentou a renda média da País, criou também dificuldades e agravou as condições de vida de imensos contingentes de brasileiros. A rápida industrialização atraiu populações rurais para

as cidades onde, entanto. Não encontraram ocupações com remuneração digna e suficiente. A modernização da agricultura destruiu antigas relações entre trabalhadores e proprietários, tornando mais aguda a pobreza no campo. A economia brasileira tornou-se sujeita às crises cíclicas de desemprego, típicas das economias industrializadas modernas (*idem*).

De modo que a metáfora do “ornitorrinco” significa que, pela estrutura disforme que a caracteriza, tornou-se um dos sinais mais evidentes de uma das sociedades mais “desigualitárias” do mundo capitalista. Isto porque os sinais mais evidentes de suas contradições estão expressos no fato de haver sempre uma combinação maléfica entre as investidas perversas e permanentes de extinção do estatuto do trabalho e as políticas públicas de rebaixamento da economia produtiva em benefício do capital financeiro mundializado; é este fenômeno que tem acarretado o aprofundamento de sua dependência externa. Como afirma Francisco de Oliveira, “o ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitárias sem remissão” (*Ornitorrinco*, 2003), concluindo com Walter Benjamin que: “Os oprimidos sabem do que se trata”. Por isso, o trabalho precarizado tornou-se a norma da mercadoria; a coerção do Estado patrimonial sobre as massas oprimidas é a norma do processo de acumulação privada. Em decorrência de sua estrutura amorfa, pode-se afirmar teórica e praticamente, em vista do aprofundamento das contradições internas causadas ainda pela perversa convivência de um Brasil moderno ao lado de uma sociedade que se modernizou apenas pela disposição passiva do consumo ostentatório de produtos sempre em processo de descarte e, dado o grau de dependência de sua economia, é que, por isso mesmo “somos um país derrotado”!

As investidas permanentes sobre as relações formais do trabalho indicam que, já no início do processo do processo de modernização da economia brasileira, a mão-de-obra oriunda da agricultura monocultora sustentou e favoreceu a acumulação do capital industrial e sua expansão para outras áreas da economia; quer dizer, o subdesenvolvimento associado a outros interesses externos acabou gerando um mercado interno de consumo reiterado de cópias de bens de alto consumo das elites endinheiradas.

O “ornitorrinco”, afinal, é a figura disforme do nosso desenvolvimento, o que demonstra a impossibilidade de avançar e participar da chamada “revolução molecular-digital”, dado o fato de se colocar aquém da necessidade de acumulação técnico-científica, na medida em que promove somente uma “acumulação primitiva” pelas políticas constantes de privatização que implicam simplesmente em formas de transferência do patrimônio público para a acumulação dos setores privados; conseqüentemente, a conclusão desalentadora é que o País tomou o caminho sem volta da derrota!

Brejo Santo, janeiro de 2022.

referências

DUARTE, Newton. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional,

1966.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1995.

IANNI, Octavio, *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso – ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: UnB, 1965.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SANTOS, Wanderley G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SAYAD, João. "Diretrizes gerais de políticas econômicas" *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 de maio de 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: DIFEL, 1975.

_____. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.

SOUZA, Jessé de. Max Weber: patrimonialismo e a singularidade cultural brasileira. In: COSTA, Silvio. *Concepções e formação do estado brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999. Pp: 58-80.